

ENVOLVIMENTO PATERNO, PRÁTICAS PARENTAIS E JORNADA DE TRABALHO DE PAIS DE CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES

Father Involvement, Parenting Practices, and Working Hours of Parents of Preschool Children

Envolvimiento Paterno, Prácticas Parentales y Jornada de Trabajo de Padres de Niños Preescolares

Implication Paternelle, Pratiques Parentales et Durée de Travail des Parents D'enfants D'âge Préscolaire

10.5020/23590777.rs.v23i1.e12753

Meiridiane Domingues de Deus

Pós-doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Jana Gonçalves Zappe

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Mauro Luís Vieira

Doutor e Mestre em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Resumo

Este estudo teve como objetivo investigar o envolvimento paterno, práticas parentais e jornada de trabalho de pais de crianças em idade pré-escolar. Participaram desse estudo 171 pais residentes no Sul do Brasil, que responderam ao Questionário Sociodemográfico, Questionário de Engajamento Paterno (QEP), Questionário de Abertura ao Mundo (QOM) e Inventário de Práticas Parentais (CRPR). Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas e inferenciais. Identificou-se correlação positiva da jornada de trabalho com práticas parentais autoritárias e correlação negativa da jornada de trabalho com envolvimento paterno, suporte emocional e cuidados diretos e indiretos. Comparações entre os grupos de pais indicaram que aqueles que não exerciam atividade remunerada apresentaram maior envolvimento com os filhos do que aqueles que trabalhavam com carga horária extensa. Em conclusão, destaca-se que a jornada de trabalho dos pais afeta o envolvimento com os filhos e as práticas parentais utilizadas, influenciando o exercício da paternidade no cenário contemporâneo.

Palavras-chave: paternidade; relações pai-criança; infância; pré-escolares; trabalho.

Abstract

This study aimed to investigate paternal involvement, parenting practices, and working hours of parents of preschool children. A total of 171 fathers residing in southern Brazil participated in this study and answered the Sociodemographic Questionnaire, Father Engagement Questionnaire (QEP), Openness to the World Questionnaire (QOM), and Inventory of Parenting Practices (CRPR). Data were analyzed using descriptive and inferential statistics. There was a positive correlation between working hours and authoritarian parenting practices and a negative correlation between working hours and father involvement, emotional support, and direct and indirect care. Comparisons

between groups of parents indicated that those who did not have a paid job were more involved with their children than those who worked long hours. In conclusion, it is highlighted that the fathers' workday affects the involvement with the children and the parental practices used, influencing the exercise of fatherhood in the contemporary scenario.

Keywords: *paternity; parent-child relationships; infancy; pre-schoolers; work.*

Resumen

Este estudio tuvo el objetivo de investigar el involucramiento paterno, prácticas parentales y jornada de trabajo de padres con niños en edad preescolar. Participaron de este estudio 171 padres residentes en el Sur de Brasil, que respondieron al Cuestionario Socio-demográfico, Cuestionario de Compromiso Paterno (QEP), Cuestionario de Apertura al Mundo (QOM) e Inventario de Prácticas Parentales (CRPR). Los datos fueron analizados por medio de estadísticas descriptivas e inferenciales. Fue identificada correlación positiva de la jornada de trabajo con prácticas parentales autoritarias y correlación negativa de la jornada de trabajo con involucramiento paterno, soporte emocional y cuidados directos e indirectos. Comparaciones entre los grupos de padres indicaron que aquellos que no ejercían actividad remunerada presentaron mayor involucramiento con los hijos que aquellos que trabajaban con carga horaria extensa. En conclusión, se enfoca que la jornada de trabajo de los padres afecta el involucramiento con los hijos y las prácticas parentales utilizadas, influyendo en el ejercicio de la paternidad en el escenario contemporáneo.

Palabras clave: *paternidad; relaciones padre-niño; niñez; preescolares; trabajo.*

Résumé

Cette étude avait pour objectif d'examiner l'implication paternelle, les pratiques parentales et la durée de travail des parents d'enfants d'âge préscolaire. Un total de 171 parents résidant dans le sud du Brésil a participé à cette étude et a répondu au Questionnaire Socio-Démographique, au Questionnaire d'Engagement Paternel (QEP), au Questionnaire d'Ouverture au Monde (QOM) et à l'Inventaire des Pratiques Parentales (CRPR). Les données ont été analysées à l'aide de statistiques descriptives et inférentielles. Une corrélation positive a été identifiée entre la durée du travail et les pratiques parentales autoritaires, ainsi qu'une corrélation négative entre la durée du travail et l'implication paternelle, le soutien émotionnel et les soins directs et indirects. Les comparaisons entre les groupes de parents ont révélé que ceux qui n'exerçaient pas d'activité rémunérée étaient plus impliqués avec leurs enfants que ceux qui travaillaient avec des horaires chargés. En conclusion, il convient de souligner que la durée de travail des parents affecte l'implication avec les enfants et les pratiques parentales utilisées, ce qui influence l'exercice de la paternité dans le contexte contemporain.

Mots-clés : *paternité ; relations père-enfant ; enfance ; enfants d'âge préscolaire ; travail.*

Na maioria das culturas, o ambiente familiar é considerado o principal contexto de desenvolvimento durante a infância (Dessen, 2010). Os papéis de pais e mães estão relacionados às concepções de gênero que se referem a características, expectativas e comportamentos construídos pela sociedade com relação a estereótipos de homens e mulheres (Mahoney & Knudson-Martin, 2009). Essas concepções modificam-se ao longo do tempo e variam de uma cultura para a outra, de forma que o estatuto contemporâneo da parentalidade está cada vez mais dissociado de perspectivas hierárquicas e de gênero, em que o cuidado com os filhos não é exercido necessariamente pelo pai e pela mãe biológicos, no contexto da família nuclear tradicional, mas pode ser exercido, por exemplo, pelos próprios pais, por uma mãe, por um pai, por dois pais, duas mães, madrastas e padrastos. Com efeito, as referências aos papéis de mãe e pai não se confundem com determinações biológicas ou de gênero, mas indicam funções que podem ser exercidas por pessoas que investem afetivamente no cuidado dos filhos (Gorin et al., 2015).

Além do investimento afetivo, o exercício da parentalidade se materializa em ações e métodos específicos utilizados por pais e mães, ou pessoas que exercem esses papéis, de modo a ensinar e chamar a atenção da criança para adoção e/ou correção de comportamentos e atitudes positivas (Darling & Steinberg, 1993). Essas ações estão relacionadas ao exercício da socialização e de processos de aprendizagens que podem ser adequadas ou inadequadas para a criação e educação dos filhos, denominadas práticas parentais (Darling & Steinberg, 1993; Valadão, 2018). As práticas parentais referem-se ao modo como pais e mães agem em relação à educação dos(as) seus(as) filhos(as) e às estratégias de cuidado que contribuem ou não para a socialização e desenvolvimento de atitudes e valores das crianças (Dekovic, 1989).

Já o envolvimento paterno tem sido progressivamente mais investigado pelos teóricos do desenvolvimento humano em função de que o pai tem assumido um papel mais ativo na criação dos filhos (Bernardi, 2017). Nesse contexto, o modelo teórico de Lamb (1997) sugere três dimensões para o envolvimento paterno: interação, acessibilidade e responsabilidade. A interação indica o tempo de relação direta entre o pai e a criança; a acessibilidade envolve a presença e disponibilidade do pai para com a criança, sem levar em conta o tipo de interação entre ambos; e a responsabilidade se refere às atitudes do pai com relação ao atendimento das necessidades da criança e ao seu bem-estar.

O envolvimento paterno também foi conceituado e investigado por Paquette et al. (2009), que propuseram a Teoria de Relação de Ativação sobre o apego pai-criança e o exercício de suas funções em complementaridade às funções maternas. Segundo a Teoria de Relação de Ativação, a função paterna é descrita como propícia para promover a abertura ao mundo, que consiste no incentivo à criança para explorar os ambientes em que está inserida. Como envolve uma resposta à necessidade da criança de ser ativada e testar seus limites, isso deve ocorrer de modo seguro, para que seja possível a descoberta das suas próprias capacidades de lidar com o que é estranho e ameaçador. Assim, podem ser considerados comportamentos paternos seguros a oferta de direcionamentos, a colocação de limites e estabelecimento de regras precisas para as brincadeiras e atividades interativas, bem como fornecer proteção à criança. Trata-se da oferta de um ambiente de conforto e proteção, de modo que a criança possa explorar e assumir riscos dentro dos limites permitidos e com segurança. A partir disso, considera-se que a atuação do pai no sentido da abertura ao mundo promove o desenvolvimento da confiança na figura paterna e de uma autoimagem positiva na criança (Paquette et al., 2009).

A complementaridade entre os papéis de mãe e pai, ou das pessoas que exercem suas funções, pode ser compreendida tanto pelo estabelecimento do apego ao longo do desenvolvimento da criança quanto pelo exercício de funções específicas pelos diferentes cuidadores em seus papéis de mãe ou pai. A Teoria do Apego destaca que os laços de proteção e segurança que a criança estabelece com os cuidadores primários são fundamentais para a existência humana, destacando que a mãe, ou quem exerce esse papel, é responsável por garantir o conforto, a proximidade física e o estabelecimento de uma relação de apego com os filhos (Bowlby, 2002). Ainda que a mãe seja a figura central nos primeiros anos de vida do bebê, para que ela consiga investir na criança, é fundamental que ela conte com uma rede de apoio composta por pessoas significativas que possam atuar como cuidadores da relação mãe-bebê, função que pode ser exercida pelo pai, ou quem assume esse papel para a criança, especialmente quando a mãe vivencia dificuldades adicionais ao exercício da maternidade típica, por exemplo, em casos de depressão pós-parto (Silva et al., 2020).

Assim, compreende-se que o papel do pai pode se dar, inicialmente, com a oferta de apoio e suporte para a relação com a mãe ou com quem exerce a função de cuidador principal; mas, ao longo do desenvolvimento infantil, outras funções começam a ter lugar e importância, especialmente aqueles referentes ao processo de se tornar independente dos cuidados maternos e exploração do mundo, momento em que a função do pai no sentido da abertura ao mundo pode ganhar destaque. Contudo, o exercício das funções relativas à criação e educação das crianças é influenciado por diferentes fatores de risco e proteção, que envolvem as características do pai, dos filhos e do contexto familiar e social em interação dinâmica. Entre as características do contexto familiar e social, destacam-se as atividades relacionadas a outros papéis sociais que os pais desempenham na vida diária, sendo o trabalho um aspecto importante no cotidiano de homens e mulheres (Barham & Vanalli, 2012; Bernardi, 2017). Assim, trabalho e relacionamento paterno com as crianças são aspectos intimamente relacionados: o pai participativo deve ter disponibilidade afetiva e material para acompanhar as atividades e tarefas de cuidado das crianças. No entanto, muitas vezes, o estresse resultante de problemas no trabalho ou atividades em turnos e horários não normativos (noturno e finais de semana, por exemplo) podem se constituir como obstáculos a isso (Pilarz et al., 2020). Além disso, a carga de trabalho semanal dos pais está diretamente relacionada com a possibilidade de participação na vida e nas atividades dos filhos. Alguns pais se ausentam da vida das crianças, em função da necessidade de trabalhar, muitas vezes, em ambientes precários e em funções com baixa remuneração. Outros pais de classe média, no contexto de separação conjugal em que o pai reside e é responsável pelos(as) filhos(as), podem dedicar maior tempo para o desempenho das atividades relativas à casa e ao cuidado com os filhos, bem como, privilegiam a flexibilidade na jornada de trabalho (Abade & Romanelli, 2018). Assim, o tempo é uma variável importante para o envolvimento paterno, bem como, para a qualidade das interações dos pais com as crianças (Lima, 2008; Pleck, 2010) e para o uso de estratégias de criação e educação dos filhos (Mosmann et al., 2008), interferindo nas atribuições relativas à conciliação entre a dedicação ao trabalho e a disponibilidade para exercer funções paternas.

Nesse sentido, a jornada de trabalho configura-se em um aspecto importante para explicar o envolvimento das figuras parentais (Schoppe-Sullivan et al., 2013). Especificamente em relação ao papel paterno, há uma tendência de que, quanto maior a jornada de trabalho do pai, menor a sua disponibilidade para o cuidado e envolvimento na vida dos(as) filhos(as) (Barham & Vanalli, 2012; Bossardi et al., 2016), o que vai ao encontro das perspectivas tradicionais de gênero, que associavam o papel da mulher ao ambiente doméstico e familiar, e o papel do homem ao ambiente da cidade e do mundo do trabalho. No entanto, essas concepções atribuídas ao exercício da paternidade estão se modificando, sendo mais valorizadas a participação e o envolvimento dos pais com as atividades relacionadas à vida dos(as) filhos(as) (Bernardi, 2017), de forma

que alguns pais parecem estar mais próximos, mais envolvidos com a família e com os cuidados dos(as) filhos(as), mesmo com suas atribuições laborais (Abade & Romanelli, 2018; McGill, 2014). A esse respeito, o estudo de Carlotto e Câmara (2017) identificou um impacto positivo do trabalho na vida familiar de trabalhadores que possuem filhos, o que indica a possibilidade de conciliar, com qualidade, os papéis familiares e laborais. Esses resultados foram interpretados no sentido de que os papéis desempenhados no trabalho, assim como os desafios enfrentados, podem auxiliar os trabalhadores com as demandas da vida familiar, facilitando o desempenho como pai. Além disso, a satisfação no trabalho também pode gerar sentimentos de competência e confiança para o exercício dos papéis familiares.

Questões referentes à paternidade começaram a ser estudadas de forma significativa a partir da década de 1980 e, com isso, diversos estudos focaram no papel do pai e sua interação com as crianças, de modo a evidenciar a importância do envolvimento paterno no desenvolvimento infantil saudável (Backes et al., 2018; Gomes et al., 2013; Teti et al., 2017). Além disso, outros estudos têm buscado identificar os aspectos que interferem no engajamento paterno, exemplo disso é o estudo de Arrais e Vieira-Santos (2021), que identificou a relação entre o estresse parental na interação com a criança e o engajamento parental, sugerindo que níveis elevados de estresse parental podem ser prejudiciais para o envolvimento do pai em termos de cuidados e disponibilidade.

Progressivamente, a importância da paternidade participativa foi sendo incorporada na própria legislação brasileira (Lei nº 13.257, 2016; Ministério da Saúde, 2008, 2018). No entanto, as exigências do mundo do trabalho para homens e mulheres, bem como a disponibilidade de tempo de cada um para o exercício dos papéis familiares continuam sendo diferentes e possuem influências de questões relativas à raça, gênero, condições socioeconômicas e de acesso, sexualidade, classe e direito ao trabalho (Pereira et al., 2019). Exemplo disso é a jornada de trabalho exaustiva e desigual vivenciada por mulheres negras, pardas e indígenas, em relação às mulheres brancas e homens brancos (Dedecca et al., 2009). Outra questão refere-se à discrepância de tempo concedido para a licença-maternidade e para a licença-paternidade (Bernardi, 2017). No Brasil, por exemplo, a licença maternidade pode ser de 120 até 180 dias, enquanto a licença paternidade é de apenas 5 e, no máximo, 20 dias. Assim, percebe-se que há um progressivo reconhecimento sobre a importância do envolvimento dos pais com o desenvolvimento dos filhos(as), mas ainda existem fatores concretos, tais como características do trabalho e da jornada de trabalho, que podem dificultar o exercício da paternidade participativa. Diante disso, esse estudo buscou investigar o envolvimento paterno, as práticas parentais e a jornada de trabalho de pais de crianças em idade pré-escolar. Para tal, buscou-se descrever as características dos participantes e de seus(as) filhos(as), identificar correlações entre envolvimento paterno e práticas educativas parentais e comparar o envolvimento paterno e as práticas educativas parentais entre grupos de pais com diferentes jornadas de trabalho.

Método

Participantes

Participaram do estudo 171 pais (homens) de crianças pré-escolares com desenvolvimento típico, heteroafetivos, residentes na região Sul do Brasil. Os critérios de inclusão no estudo foram: pais de crianças com idade de 4 a 6 anos que possuíam idade maior que 18 anos e coabitavam há pelo menos seis meses com a(s) criança(s). Dentre esses pais, 58,48% (n=100) residiam em Santa Catarina, 17,54% (n=30) no Paraná e 8,77% (n=15) no Rio Grande do Sul. Quanto à composição familiar, 81,3% (n=100) eram membros de uma família nuclear composta de pais biológicos das crianças com renda média acima de R\$ 7.501,00 (46,20%, n=79). A média de idade dos pais era de 37,94 ($\pm$ 6,77).

As crianças possuíam, em média, 5 anos, sendo 54,4% (n=93) meninos e 45,6% (n=78) meninas. O nível de escolaridade dos pais variou de entre sem alfabetização (0,6%, n=1) à pós-graduação (31,6%, n= 54). Os pais estudaram em média 15,32 ($\pm$ 5,78) anos completos. A jornada de trabalho foi considerada por meio da média dos valores e pelos intervalos da carga horária dos pais, distribuídos em quatro grupos: pais que não possuíam horas de jornada de trabalho semanais (0 horas, 4,71%, n=8); jornada parcial (1 até 36 horas/semanais) (12,35%, n= 21); jornada integral (de 40 a 44 horas/semanais) (64,12%, n=109); e jornada extensa (acima de 44 horas/semanais) (18,82%, n=32). Nenhum dos participantes apresentou jornada de trabalho entre 36 e 40 horas, o que justifica essa distribuição. A jornada de trabalho variou de 0 a 90 horas/semanais.

Os pais que não possuíam horas de jornada de trabalho estavam desempregados (n=5), eram servidores públicos aposentados (n=2) ou estavam afastados do trabalho pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (n=1). Somente uma das esposas não desempenhava atividade remunerada na realização da coleta dos dados.

Instrumentos

Os instrumentos aplicados neste estudo foram o Questionário Sociodemográfico (QS), o Questionário de Engajamento Paterno (QEP), o Questionário de Abertura ao Mundo (*Questionnaire d'Ouverture au Monde* - QOM) e o Inventário de Práticas Parentais (*Child Rearing Practices Report* – CRPR). O QS foi desenvolvido por pesquisadores vinculados ao Núcleo

de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento Infantil (NEPeDI) contendo questões relacionadas aos dados da família (idades e composição desse núcleo); informações relativas ao sexo e à idade das crianças; informações sobre a escolaridade dos pais (anos de instrução); renda familiar e dados relacionados ao trabalho (jornada de trabalho). As questões relativas a esse instrumento foram respondidas pelas mães/madras das crianças; já os demais instrumentos contemplam as respostas dos pais.

O QEP foi construído e validado no Canadá com uma amostra de 468 famílias biparentais com pelo menos um filho entre 0 e 6 anos de idade. Originalmente era composta de 56 itens distribuídos em sete dimensões. Após o processo de adaptação do QEP para o Brasil, por meio de análise fatorial com 300 pais e mães brasileiros(as), resultou em cinco dimensões que explicaram 47,11% da variância total dos itens (Bossardi et al., 2018). As dimensões *cuidados diretos e indiretos* e *tarefas de casa*, além de *jogos físicos* e *abertura ao mundo* apresentaram-se unidimensionais. Para o presente estudo foram aplicados apenas 21 itens resultantes do estudo realizado por Bossardi et al. (2018). Destes, 10 itens referiam-se à dimensão *suporte emocional* – que se caracteriza por palavras e gestos que encorajam e tranquilizam a criança –; bem como *cuidados diretos e indiretos*, com 11 itens – consiste em fornecer cuidados essenciais relativos à sobrevivência como, por exemplo, alimentar, vestir e dar banho. Os alfas de Cronbach, para esse estudo, foram bastante elevados: na dimensão *suporte emocional* foi de 0,89 e *cuidados diretos e indiretos* 0,84. Para fornecer o índice do envolvimento paterno essas dimensões foram agregadas às respostas dos pais ao QOM.

O QOM foi elaborado por Paquette et al. (2009) e validado no Canadá com uma amostra de 266 pais de crianças com idade de 2 a 5 anos. Esse instrumento se refere à abertura ao mundo realizada pela figura paterna ao seu(a) filho(a) durante a infância. Ele apresenta uma escala de frequência de atividades realizada pelos pais com crianças pré-escolares com opções *nunca, raramente, às vezes, frequentemente, muito frequentemente e não é possível avaliar*. Esse instrumento originalmente contém 27 itens distribuídos em três dimensões: 1) *estimulação à perseverança* (consiste em encorajar a criança na superação dos limites, a fim de que cumpra as tarefas difíceis e persevere diante de adversidades) (13 itens); 2) *punição* (caracteriza-se pela punição ou repreensão da criança em momentos de desobediência, ou quando não se esforça ou quebra alguma coisa) (6 itens); e 3) *estimulação a correr riscos* (Consiste na estimulação da autonomia, encorajamento diante de atividades arriscadas, a fim de que seja possível a exploração do ambiente) (8 itens). Esse instrumento encontra-se em processo de estudo de índices empíricos no Brasil e seu manuscrito encontra-se submetido para publicação. Por meio de análise fatorial realizada, 9 itens foram retirados, restando 18 itens (Silva et al., 2023). Assim, para esse estudo foram aplicados apenas 18 itens referentes às dimensões *estimulação à perseverança* (7 itens), *punição* (5 itens) e *estimulação a correr riscos* (6 itens) com alphas de Cronbach de 0,73, 0,69 e 0,74, respectivamente. Ressalta-se que, neste estudo, o alpha Cronbach das dimensões do QEP e do QOM que forneceram o índice de envolvimento paterno foi de 0,81.

Para avaliar as práticas parentais, foi utilizado o Inventário de Práticas Parentais (*Child Rearing Practices Report*) (CRPR), que foi desenvolvido inicialmente por Block (1965). O estudo realizado por Valadão (2018), com 338 pais e mães de crianças em idade pré-escolar buscou evidências de validade de construto pela análise fatorial exploratória (AFE) do CRPR. O instrumento de 35 itens passou a ter 29, distribuídos em três fatores: práticas parentais autoritárias (13 itens), autoritativas (12 itens) e negligentes (4 itens) (Valadão, 2018). Salienta-se que os três fatores apresentaram os seguintes *Alfa de Cronbach* para cada dimensão: práticas parentais autoritárias (0,76) autoritativas (0,82) e negligentes (0,63).

Procedimentos de Coleta e Análise dos Dados

Este estudo faz parte do projeto *Envolvimento Paterno no Contexto Familiar Contemporâneo II*, o qual foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH/UFSC), CAAE: 53239216.3.0000.0121. Os participantes foram acessados por meio de envio de cartas-convite para os pais que possuíam filhos em instituições de ensino infantil da Região Sul, além disso, também foi utilizada a técnica de amostragem denominada “bola de neve”, em que os pais indicavam outras famílias como possíveis participantes (Gray, 2012). A pesquisa foi realizada conforme a disponibilidade dos pais, em suas residências ou em outro local de preferência. Na realização das aplicações dos instrumentos foi apresentada a pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em duas vias, e solicitada a assinatura dos pais. Após a finalização do processo de aplicação, os instrumentos foram guardados em envelopes, posteriormente lacrados para resguardar a identidade dos participantes.

Inicialmente, os dados foram tabulados e submetidos a análises formais por meio do pacote estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) – versão 18.0. Posteriormente, foram transportados para o programa estatístico *Statistical Analysis System* (SAS) 9.2. Os dados foram descritos por meio de frequências absolutas e percentuais (variáveis qualitativas), como estado, composição familiar, sexo da criança e escolaridade dos pais; e através de medidas como média, frequência, desvio-padrão, mínimo, mediana e máximo (variáveis quantitativas). Para as variáveis idade do pai e da criança (anos), escolaridade do pai (anos de estudo) e jornada de trabalho (horas/semanais), foi realizado cálculo de número total (com a discriminação dos *missings*) da média, desvio-padrão, mínimo, mediana e máximo (variáveis quantitativas) de algumas variáveis como o envolvimento dos pais e as práticas parentais (variáveis dependentes) e suas dimensões, a fim de caracterizar essas variáveis.

Foi realizada a correlação de Pearson para verificar a magnitude e o grau de relacionamento entre o envolvimento paterno, as práticas parentais e a jornada de trabalho (Dancey & Reidy, 2013). Para analisar a relação das variáveis de interesse e jornada de trabalho dos pais, foi realizada a análise de covariância (ANCOVA), que além de comparar grupos, permite o ajuste de covariáveis (Montgomery, 2000). Neste estudo, a idade foi considerada a covariável, visto a necessidade de controlar sua influência no envolvimento paterno.

As diferenças entre as variáveis têm como pressuposto que seus resíduos apresentam distribuição normal com média zero e variância constante. Para as comparações, foi utilizado o pós-teste por contrastes ortogonais. Para todas as análises adotou-se um nível de significância de 5%.

Resultados

Correlações entre as Características do Envolvimento Paterno, Práticas Parentais e Jornada de Trabalho

As correlações significativas em relação à jornada de trabalho dos pais foram: suporte emocional ($r = -0,163$, $p \leq 0,01$) e cuidados diretos e indiretos ($r = -0,332$, $p \leq 0,01$); índice geral do envolvimento paterno ($r = -0,276$, $p \leq 0,01$) e práticas parentais autoritárias ($r = 0,152$, $p \leq 0,05$). Esses dados evidenciam que, quanto maior a jornada de trabalho, mais os pais tendem a realizar menos suporte emocional e cuidados diretos e indiretos aos(as) filhos(as). Isso evidencia um menor envolvimento junto às atividades relacionadas à criação e educação das crianças na expressão de gestos de carinho e encorajamento e nas tarefas relativas à sua sobrevivência, como dar banho, vestir e alimentar. No que se refere às práticas parentais, os dados evidenciam que quanto maior a jornada de trabalho, maior a tendência paterna em utilizar práticas parentais autoritárias, ou seja, ser mais rígidos e com pouco uso de afeto para a mudança comportamental das crianças.

Distribuição das Médias das Dimensões nos Grupos de Pais em Relação à Jornada de Trabalho

Constatou-se que os pais sem jornada de trabalho semanal, ou seja, aqueles que não estão exercendo atividades remuneradas, possuíam maior média na dimensão de suporte emocional ($5,36 \pm 0,53$) e cuidados diretos e indiretos ($4,97 \pm 0,64$) relacionada ao QEP, e ao estímulo à perseverança ($5,25 \pm 0,56$) do QOM. Assim, também possuíam média alta em relação ao índice de envolvimento paterno ($4,64 \pm 0,42$). Já os pais com jornada de trabalho parcial obtiveram maior média na dimensão estímulo a assumir risco ($4,01 \pm 1,23$) do QOM, no CRPR, nas práticas parentais autoritativas ($5,51 \pm 0,29$) e menor média em relação à utilização de punição ($2,49 \pm 0,95$). Pais com jornada de trabalho integral obtiveram menor média em relação a estímulo à perseverança ($4,9 \pm 0,72$) do QOM. Já os pais com jornada extensa apresentaram maiores médias relacionadas à punição ($3,03 \pm 0,75$) e às práticas parentais autoritárias ($4,3 \pm 0,56$) e negligentes ($4,34 \pm 0,89$). Além disso, apresentaram menores médias em relação ao suporte emocional ($4,87 \pm 0,87$), cuidados diretos e indiretos ($3,78 \pm 0,95$), índice de envolvimento paterno ($4,19 \pm 0,47$) e utilização de práticas parentais autoritativas ($5,32 \pm 0,45$).

Percebe-se que, embora esses resultados sejam apenas descritivos, eles parecem sugerir alguns possíveis direcionamentos. No outro extremo, temos os pais com jornada extensa, que apresentaram baixo envolvimento com os filhos e uso de práticas parentais inadequadas, indicando o impacto negativo de uma jornada de trabalho excessiva para o envolvimento e qualidade do cuidado dispensado aos(as) filhos(as). O grupo de pais com jornada de trabalho parcial parece reunir os melhores indicadores do exercício de uma paternidade participativa, pois apresentaram a melhor combinação entre indicadores de envolvimento paterno, uso de práticas parentais positivas e não uso de práticas parentais inadequadas. Os pais com jornada de trabalho integral apresentaram maior média em apenas um dos indicadores, de forma que não se destacaram nem pelo envolvimento com os filhos e nem com relação ao uso de práticas parentais, apesar de se constituírem como o grupo com maior número de participantes. Isso parece revelar que a maioria dos pais ainda assume um papel mais tradicional de provedor das famílias, sem uma participação significativa na vida dos filhos. No entanto, cabe ressaltar que, embora em menor número, outros perfis de pais foram identificados pela pesquisa, o que pode indicar que o exercício da paternidade se encontra em plena transformação de uma forma mais ampla.

Diferenças estimadas relativas ao envolvimento paterno, práticas parentais e jornada de trabalho

Na realização da ANCOVA, somente a relação do índice geral do envolvimento paterno e as práticas parentais autoritativas apresentaram valores significativos quando considerada a influência da jornada de trabalho, o que pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1

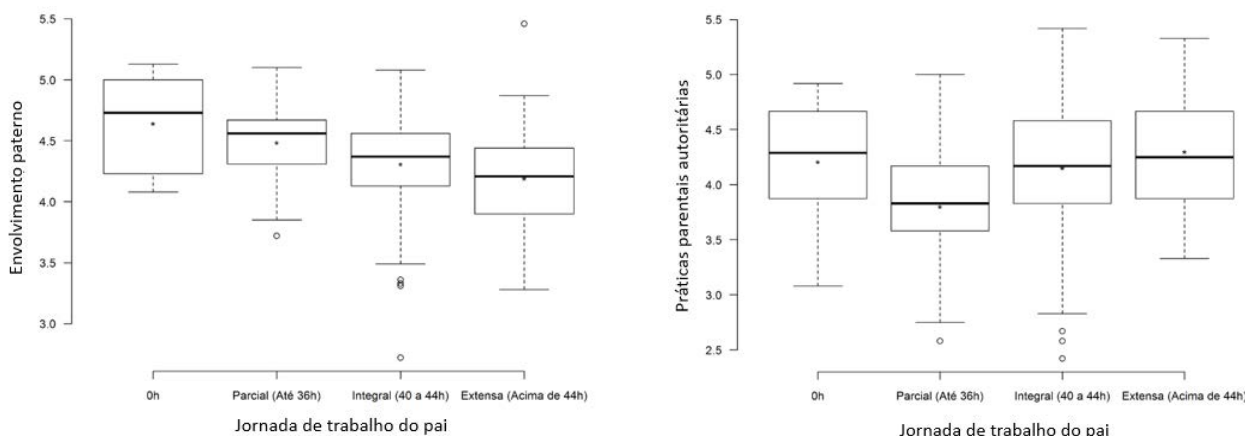
Comparação dos grupos de jornada de trabalho quanto à diferença estimada, valor-p e intervalos de confiança em relação às variáveis do envolvimento e das práticas parentais

Variável	Comparação entre as jornadas	Diferença estimada	P	95%	IC
Índice geral do envolvimento paterno	Jornada (0h vs extensa)	0,46	0,02	0,06	0,87
Práticas parentais autoritárias	Jornada (Parcial vs extensa)	-0,40	0,03	-0,75	-0,04

Na Figura 1 são apresentados os gráficos de distribuição das jornadas de trabalho em relação às variáveis com valores de p significativos para as diferenças de carga horária, sendo assim possível observar as diferenças nos resultados.

Figura 1

Distribuição das jornadas de trabalho em relação às variáveis com valores de p significativos para as diferenças de carga horária.



Na análise da relação entre a jornada de trabalho e o envolvimento paterno constata-se valores significativos quando se faz a comparação entre os grupos sem jornada de trabalho (0h) e jornada extensa (Figura 1), ou seja, pode-se inferir que pais que não exercem atividade remunerada possuem maior envolvimento com os filhos do que aqueles que trabalham com carga horária extensa. Essa diferença é significativa, com valor p menor que 0,05.

No que se refere à diferença entre os grupos de pais com jornada parcial e extensa em relação à utilização de práticas parentais autoritárias, destaca-se que as diferenças estimadas são pequenas, mas estatisticamente significativas. Assim, ressalta-se que pais que possuem jornada de trabalho extensa podem utilizar mais práticas parentais autoritárias em relação àqueles que trabalham com carga horária parcial.

Os resultados levam a importantes reflexões sobre as relações entre jornada de trabalho e envolvimento paterno, indicando que pais que não desempenham atividade remunerada tendem a dedicar mais tempo ao acompanhamento e supervisão dos filhos. Já os pais que trabalham com jornada extensa, tendem a utilizar mais práticas parentais autoritárias. Entre esses dois extremos, destaca-se a presença de pais com jornadas de trabalho que talvez possibilitem um equilíbrio maior entre o envolvimento e cuidado dos(as) filhos(as) (parcial e integral) e o exercício do trabalho. Se considerarmos que a condição de não desempenho de atividade remunerada seja transitória para a maioria dos pais nessa condição, o maior envolvimento paterno e o não uso de práticas parentais autoritárias não revela necessariamente o exercício de uma paternidade participativa como projeto de vida, mas como resultado de uma circunstância externa. Assim, parece mais preocupante o caso dos pais com jornada extensa, que talvez revelem uma condição de vida que evidencia a dificuldade de conciliar o exercício de um trabalho com sobrecarga e o envolvimento e qualidade da interação com os(as) filhos(as). Em conjunto, esses resultados são importantes indicadores de que, para exercer uma paternidade participativa, é necessário dispor de tempo e boas condições de trabalho.

Discussão

Os resultados desse estudo vão ao encontro de algumas pesquisas sobre paternidade como mencionam Barham e Vanalli (2012), Bossardi et al. (2016), Gomes et al. (2013), McGill (2014) e Teti et al. (2017), ao destacarem que quanto maior a jornada de trabalho do pai, menor é o seu envolvimento nas atividades relativas à criação, educação e cuidado dos(as) filhos(as). Além disso, é menor a possibilidade dele se engajar em atividades relacionadas ao suporte emocional e abertura ao mundo (incentivar a criança a buscar e explorar os ambientes) (Gomes et al, 2013). Porém, os resultados desse estudo avançam no sentido de indicar que, para o exercício da paternidade participativa, é preciso observar certa proporção entre jornada de trabalho e disponibilidade para os(as) filhos(as).

Neste estudo, os resultados destacam que os pais que não possuem atividade remunerada foram os que obtiveram as maiores médias em envolvimento paterno. No entanto, cabe ressaltar que a maioria dos casos de pais que não trabalham envolve situações transitórias (desemprego ou licença saúde) e, talvez, isso não indique a presença de um projeto de paternidade participativa, mas seja resultado de uma circunstância externa e possivelmente transitória na vida dos pais.

Mas, também é possível observar que a maioria dos pais participantes desse estudo (64,12%) possui uma jornada de trabalho de 40 a 44 horas semanal, o que se pode concluir que o exercício da paternidade pode estar sendo dificultado pelas exigências sociais e culturais relacionadas à jornada de trabalho para homem. Parece que a situação de uma jornada de trabalho excessiva é a mais prejudicial, e a inexistência de jornada de trabalho, embora ideal, parece ainda inexequível, pois todas as situações identificadas neste estudo pareceram casos transitórios. Considera-se que a condição de não desempenho de atividade remunerada seja transitória para a maioria dos pais nessa condição, o maior envolvimento paterno e o não uso de práticas parentais autoritárias não revela necessariamente o exercício de uma paternidade participativa como projeto de vida, mas como resultado de uma circunstância externa.

Destaca-se que a presença de pais com jornadas de trabalho talvez possibilite um equilíbrio maior entre o envolvimento e cuidado dos(as) filhos(as) (parcial e integral) e o exercício do trabalho. Assim, parece mais preocupante o caso dos pais com jornada extensa, que talvez revelem uma condição de vida que evidencia a dificuldade de conciliar o exercício de um trabalho com sobrecarga, o envolvimento e a qualidade da interação com os(as) filhos(as). Em conjunto, esses resultados são importantes indicadores de que, para exercer uma paternidade participativa, é necessário dispor de tempo e boas condições de trabalho.

Assim, o conjunto de resultados deste estudo parece apontar que, para a maioria (pais com jornada integral e extensa, $n=141$), bem como os elementos relacionados ao papel do pai ainda estão mais ligados à provisão familiar e responsabilidades laborais, visto que dedicam um tempo significativo para essas atividades. Embora esses resultados estejam mais relacionados aos papéis tradicionais de gênero, salienta-se que os pais vivenciam um processo de transição onde avaliam e integram as características tradicionais e às relativas ao pai contemporâneo, mais participativo e envolvido com as questões da vida dos filhos (Bernardi, 2017).

A variável disponibilidade de tempo é importante para o envolvimento do pai com os(as) filhos(as), mas a qualidade das relações entre eles também deve ser considerada para que o desfecho no desenvolvimento da criança seja saudável (Pleck, 2010). Essa questão é evidenciada neste estudo especialmente quando observados os resultados dos pais com jornada de trabalho parcial.

Um estudo realizado por Mosmann et al. (2008) com 149 casais com pelo menos um filho adolescente constatou que o tempo é uma variável importante para determinação da diferença entre a utilização de estratégias negligentes e autoritárias na criação e educação das crianças. Assim, a demanda parental aumenta de acordo com o tempo dedicado aos filhos, de modo a intensificar a complexidade da relação. Nesse contexto, a utilização de estratégias autoritárias foi justificada pela necessidade de supervisão e mudança comportamental de modo imediato nas situações vivenciadas durante o dia, por meio da imposição de limites de modo rigoroso e estabelecimento de regras com restrições (Dekovic, 1989; Mosmann et al, 2008). Isso ressalta a relação entre tempo e supervisão dos comportamentos dos(as) filhos(as). Dado que possibilita analisar a relação do tempo do pai com jornada de trabalho integral ou extensa e seu envolvimento com os(as) filhos(as). Já a negligência em relação à criação e educação dos(as) filhos(as) é entendida como uma falha na supervisão adequada dos comportamentos da criança, de modo que os pais não se envolvem e nem cumprem as exigências do papel atribuído à tarefa de ser pai, assim, possuem baixo controle, responsividade, supervisão do comportamento dos filhos e ausência de afeto (Valadão, 2018). Dessa forma, os pais, em função da demanda de tempo, podem ser mais autoritários com os filhos, como também, negligentes, como observado nos resultados deste estudo.

O tempo que os pais passam com as crianças tem influência na utilização das práticas parentais, questão essa que é evidenciada no estudo realizado por Lima (2008) sobre o tempo, envolvimento paterno e socialização de crianças em idade pré-escolar, em que se constatou uma maior participação dos pais nos finais de semana, em que estão mais disponíveis do que nos outros dias. As questões relativas às atividades laborais podem ter influência direta no relacionamento paterno com os filhos e, nesse contexto, a jornada de trabalho é um fator a ser ressaltado, visto que há homens que dedicam muito tempo a suas carreiras, com uma jornada integral e ainda realizam horas extras no ambiente de trabalho (Barham & Vanalli, 2012).

Nessa perspectiva, alguns pais que trabalham em período integral tendem a não participar de modo direto do cuidado dos(as) filhos(as), bem como se infere em relação aqueles com jornada extensa, como os pais deste estudo.

As questões relativas ao trabalho, principalmente a jornada de trabalho, têm influência direta no relacionamento paterno com os filhos e afeta a sua participação na vida e atividades das crianças (Backes et al., 2018; Gomes et al., 2013). O estudo realizado por McGill (2014) constatou que os pais desempregados gastam mais tempo em atividades de cuidados físicos com os filhos do que aqueles que possuem uma jornada de 50 horas/semanais. Esse dado vai ao encontro aos resultados deste estudo, pois embora apenas cinco pais estivessem em situação de desemprego, eles, juntamente com os aposentados e os que estão afastados do trabalho, apresentaram médias altas na dimensão de cuidados diretos e indiretos, além de realizarem um suporte emocional, com estímulo à perseverança, o que resultou em um maior índice de envolvimento paterno em relação aos pais que trabalhavam (n=162). Salienta-se que é importante que o pai tenha a disponibilidade de tempo para que possa experienciar relações de qualidade com seus filhos (Gomes et al., 2013), mas também condições e oportunidades de emprego.

O Brasil é um país que vivencia grandes disparidades socioeconômicas que impactam nas relações de trabalho e dinâmicas familiares, principalmente da população negra. Embora esse estudo não tenha contemplado as características raciais dos pais participantes, algo de fundamental importância, salienta-se a necessidade de destacar que a maioria dos pais negros brasileiros vivencia baixa remuneração, oportunidades e ofertas de emprego, aspectos plenamente relacionados ao racismo estrutural que marcam as relações presentes neste país (Pereira et al., 2019). Mas, segundo esses autores, esses pais estão engajados em uma paternidade presente e participativa na vida das crianças.

Muitos pais reconhecem que passam a maior parte do tempo nas atividades laborais, mas possuem o desejo de passar mais tempo com os filhos (Backes et al., 2018). Assim, percebe-se a necessidade e a importância de conhecer e analisar as políticas públicas vigentes no Brasil relacionadas à determinada questão de estudo como forma de contextualizar e integrar aspectos do ambiente em que os pais estão inseridos. Para este estudo, salienta-se que a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem destaca como um dos eixos prioritários a *paternidade e o cuidado*, a fim de focar na construção de vínculos afetivos saudáveis (Ministério da Saúde, 2018). Essa política afirma o direito paterno de participar de todo o processo que envolve os filhos, desde a decisão de tê-los ou não, concepção, acompanhamento da gestação, da criação e da educação ao longo do desenvolvimento da criança (Ministério da Saúde, 2008). Porém, salienta-se que apesar das mudanças e do imperativo para uma participação paterna, há uma disparidade no que se refere às diferenças do tempo concedido à licença paternidade e a da maternidade (Bernardi, 2017). Os pais têm o direito de licença durante 5 dias consecutivos após o nascimento da criança, variável conforme o Estado em que reside e cargos públicos em que trabalham, podendo ser prorrogável por 15 dias para empresas que adotam o Programa Empresa Cidadã, ou seja, o tempo total seria de 20 dias de afastamento do trabalho (Lei n. 13.257, 2016). Às mães é concedido um período de 120 dias, prorrogável por 2 meses. Essas diferenças reforçam o discurso de que o cuidado é tarefa das mulheres e, com isso, compromete a participação e responsabilidade dos pais em relação aos filhos (Bernardi, 2017). Mesmo que o tempo concedido às mulheres seja maior, ainda é pouco se comparado a toda a demanda de cuidados, sendo elas naturalizadas como as principais responsáveis pelo cuidado das crianças. É importante que a função paterna seja vista para além da provisão financeira e dos estereótipos de gênero, e que o pai seja corresponsável junto com a mãe ou responsáveis, pelo desenvolvimento da criança.

Outra questão a ser destacada é a Lei n. 13.257, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância (do nascimento até 6 anos completos) e refere que a gestante tem o direito a um acompanhante de sua escolha durante o pré-natal, trabalho de parto e do pós-parto. A participação do pai é permitida durante esse processo, mas ocorre com o consentimento materno. Essa lei ainda contempla que o pai tem o direito de um dia por ano para acompanhar seu filho com idade de até seis anos em consultas médicas (Lei n. 13.257, 2016). Assim, percebe-se que os direitos dos pais estão sendo ampliados e há um incentivo a sua participação na família e educação dos filhos, mas ainda deve haver ajustes entre as questões relativas ao papel do homem na família e na criação e educação dos filhos, para que se tenha a igualdade de direitos parentais e favoreça a sua participação de modo efetivo.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo investigar o envolvimento paterno, práticas parentais e jornada de trabalho dos pais de crianças pré-escolares. Constatou-se que o modelo de paternidade apresentado pelos participantes do estudo ainda preserva fortes características históricas conservadoras, no que se refere à centralidade do trabalho na vida dos homens, o que prejudica a sua participação e envolvimento na vida das crianças. Assim, quanto maior a jornada de trabalho paterna, menor o seu envolvimento com os filhos e maior a utilização de práticas parentais autoritárias na educação e criação das crianças.

Embora seja possível perceber os avanços do incentivo à paternidade participativa, ainda há limitações no que se refere ao tempo concedido aos pais para o exercício do papel paterno, algo ressaltado nas políticas públicas brasileiras. Essa questão

é reforçada pela constatação de um maior envolvimento paterno de pais que não exercem atividades remuneradas em relação aos que trabalham.

Percebe-se a importância da variável tempo e a qualidade das interações entre pais e filhos(as) no estudo da paternidade, bem como, as atividades laborais e suas implicações na saúde do homem. Cabe reforçar a necessidade de maior atenção aos pais sem atividade remunerada e aqueles com jornada de trabalho extensa, já que outros fatores podem estar envolvidos na questão do seu envolvimento e relação no cuidado dos(as) filhos(as).

As limitações do estudo referem-se à amostra de participantes residirem na região Sul do Brasil. Além disso, não apresentar as características relativas à raça, algo de fundamental importância para discussão das questões relativas ao papel dos pais, bem como, suas dinâmicas familiares. No planejamento das pesquisas é fundamental a caracterização e discussão das questões relativas à raça, de modo a não invisibilizar discussões importantes relativas à paternidade. Esses aspectos serão contemplados em estudos subsequentes, visto a urgência e importância dessa discussão no cenário brasileiro. Não somente essa questão como também outros aspectos que se interseccionam: nível socioeconômico, orientação sexual dos pais, deficiências, configuração familiar e entre outros, sendo importante integrar essas questões.

Destaca-se a necessidade de realização de estudos qualitativos como forma de compreender as estratégias de conciliação e rede de apoio social dos pais na relação entre jornada de trabalho e demandas familiares. Essa questão pode possibilitar a elaboração de ações de promoção da saúde paterna, grupos de apoio aos homens pais e a análise dos impactos da flexibilização de horário no trabalho para que se possa entender a necessidade de mudança nas políticas públicas vigentes no Brasil no que se refere ao papel do pai.

Referências

- Abade, F., & Romanelli, G. (2018). Paternidade e paternagem em famílias patrifocais. *Revista Estudos Feministas*, 26(2), 1-18. DOI: 10.1590/1806-9584-2018v26n250106
- Arrais, A. L., & Vieira-Santos, S. (2021). Envolvimento paterno em pais de crianças em idade escolar: relação com estresse parental, apoio social e variáveis sociodemográficas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37(e37313). DOI: 10.1590/0102.3772e37313
- Backes, M. S., Becker, A. P. S., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2018). A paternidade e fatores associados ao envolvimento paterno. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27(61), 66–81. DOI: 10.38034/nps.v27i61.417
- Barham, E. J., & Vanalli, A. C. G. (2012). Trabalho e família: perspectivas teóricas e desafios atuais. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 12(1), 47-60. Link
- Bernardi, D. (2017). Paternidade e cuidado: “novos conceitos”, velhos discursos. *Psicologia Revista*, 26(1), 59-80. DOI: 10.23925/2594-3871.2017v26i1p.59-80
- Bossardi, C. N., Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2016). Desafios de ser pai em uma sociedade em transformação. In L. V. de C. Moreira, E. P.
- Rabinovich, & P. C. S. do V. Zucoloto (Org.). *Paternidade na sociedade contemporânea: o envolvimento paterno e as mudanças na família* (pp. 81–100). Juruá.
- Bossardi, C. N., Souza, C. D. de, Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Schimdt, B., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2018). Adaptação transcultural e evidências de validade do Questionário de Engajamento Paterno. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34, 1-12. DOI: 10.1590/0102.3772e3439
- Block, J. H. (1965). Child-rearing practices report. *Journal of Personality and Social Psychology*. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/t00815-000>
- Bowlby, J. (2002). *Apego e perda*. 3ª ed., v.1. Martins Fontes.
- Carlotto, M. S., & Câmara, S. G. (2017). Preditores individuais e ocupacionais da Interação Trabalho-Família e Família-Trabalho. *PSIENCIA. Revista Latinoamericana de Ciencia Psicológica*, 9(1), 1-12. Link

- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2013). *Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para Windows*. Artmed.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: an integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496. DOI: 10.1037/0033-2909.113.3.487
- Dedecca, C. S., Ribeiro, C. S. M. F., & Ishii, F. H. (2009). Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. *Revista Trabalho, Educação & Saúde*, 7(1), 65-90. DOI: 10.1590/S1981-77462009000100004
- Dekovic, M. (1989). *Measuring dimensions and patterns of child rearing: dutch version of Block Child Rearing Practices Report (CRPR)*. Katholieke Universiteit Nijmegen.
- Dessen, M. A. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(spe), 202-219. DOI: 10.1590/s1414-98932010000500010
- Gomes, L. B., Crepaldi, M. A., & Bigras, M. (2013). O engajamento paterno como fator de regulação da agressividade em pré-escolares. *Paideia*, 23(54), 21-29. DOI: 10.1590/1982-43272354201304
- Gorin, M. C., Mello, R., Machado, R. N., & Féres-Carneiro, T. (2015). O estatuto contemporâneo da parentalidade. *Revista da SPAGESP*, 16(2), 3-15. Link
- Gray, D. E. (2012). Desenho de pesquisa: métodos quantitativos. In D. E. Gray (Ed.), *Pesquisa no mundo real* (2ª ed., pp. 108–133). Penso.
- Lamb, M. E. (1997). *The role of the father in child development*. John Wiley & Sons.
- Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (2016, 8 de março). Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Presidência da República. Link
- Lima, J. A. R. (2008). *O tempo e as formas de envolvimento do pai em tarefas de socialização dos filhos em idade pré-escolar*. In Acta do 1º Congresso Internacional em Estudos da Criança. Universidade do Minho. Link
- Mahoney, A. R., & Kudson-Martin, C. (2009). The social context of gendered power. In C. Knudson-Martin, & A. R. Mahoney (Eds.). *Couples, gender, and power: creating change in intimate relationships* (pp. 17-29). Springer.
- McGill, B. S. (2014). Navigating new norms of involved fatherhood: employment, fathering attitudes, and father involvement. *Journal of Family Issues*, 35(8), 1089–1106. DOI: 10.1177/0192513X14522247
- Ministério da Saúde (2008). *Política nacional de atenção integral à saúde do homem*. Link
- Ministério da Saúde (2018). *Como envolver o homem trabalhador no planejamento reprodutivo, pré-natal, parto e desenvolvimento da criança*. Link
- Montgomery, D. C. (2000). *Design and analysis of experiments*. 5ª ed. John Wiley & Sons.
- Mosmann, C., Wagner, A., & Sarriera, J. (2008). A qualidade conjugal como preditora dos estilos educativos parentais: o perfil discriminante de casais com filhos adolescentes. *Psicologia*, 22(2), 161-182. DOI: 10.17575/rpsicol.v22i2.352
- Paquette, D., Eugene, M. M., Dubeau, D., & Gagnon, M.-N. (2009). Les pères ont-ils une influence spécifique sur le développement des enfants? In D. Dubeau, A. Devault, & G. Forget (Eds.), *La paternité au XXI siècle* (pp. 99–119). Les Presses de l'Université Laval.
- Pereira, A. O., Santos, H. E., & Silva, A. (2019). Paternidade e masculinidades negras circunscritas: Exercícios de autorreflexão emancipatórios. *Cadernos de Gênero e Diversidades*, 5(2), 79-102. DOI: 10.9771/cgd.v5i2.29545

- Pilarz, A. R., Cuesta, L., & Drazen, Y. (2020). Nonstandard work schedules and father involvement among resident and nonresident fathers. *Journal of Marriage and Family*, 82(2), 587-604. DOI: 10.1111/jomf.12627
- Pleck, J. H. (2010). Paternal involvement: revised conceptualization and theoretical linkages with child outcomes. In T. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (5th ed., pp. 67-107). Wiley.
- Schoppe-Sullivan, S. J., Kotila, L., Jia, R., Lang, S. N., & Bower, D. J. (2013). Comparisons of levels and predictors of mother's and father's engagement with their preschool aged children. *Early Child Development and Care*, 183(3-4), 498-514. DOI: 10.1080/03004430.2012.711596
- Silva, M. R., Teodózio, A. M., Pedrotti, B. G., & Frizzo, G. B. (2020). O pai no contexto da depressão pós-parto materna – e seis anos depois, que lugar ocupa esse pai?. *Revista Subjetividades*, 20(3). DOI: 10.5020/23590777.rs.v20i3.e10074
- Teti, D. M., Cole, P. M., Cabrera, N., Goodman, S. H., & McLoyd, V. C. (2017). Supporting parents: how six decades of parenting research can inform policy and best practice. *Social Policy Report*, 30(5), 1–34. DOI: 10.1002/j.2379-3988.2017.tb00090.x
- Valadão, F. (2018). *Evidências de validade do Child-Rearing Practices Report em pais de filhos com idade entre 4 a 6 anos*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Santa Catarina. Link
- Silva, M. L. I. da, Vieira, M. L., Bossardi, C. N., de Souza, C. D., Kaszubowski, E., & Jorge, C. C. (2023). Perfis de personalidade e abertura ao mundo em pais brasileiros. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 17(2), 1-28. DOI: 10.1080/03004430.2018.1527327

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-Brasil), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-Brasil) e ao Instituto de Pesquisas de Variações Socioculturais (IPEVSC-Brasil) pelo apoio financeiro. Ademais, estendendo os agradecimentos aos participantes da pesquisa e aos membros da equipe envolvidos na coleta e tabulação dos dados.

Como Citar:

Deus, M. D., Zappe, J. G., & Vieira, M. L. (2023). Envolvimento Paterno, Práticas Parentais e Jornada de Trabalho de Pais de Crianças Pré-Escolares. *Revista Subjetividades*, 23(1). <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v23i1.e12753>.

Endereço para correspondência

Meiridiane Domingues de Deus
E-mail: meiridiane.psi@gmail.com

Jana Gonçalves Zappe
E-mail: jana.zappe@ufsm.br

Mauro Luís Vieira
E-mail: maurolvieira@gmail.com



Recebido: 20.06.2021

Revisado: 02.09.2022

Aceito: 01.10.2022

Publicado: 04.12.2023